

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO REGIME DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

INTRO

O Brasil está completando 25 anos de democracia, com eleições diretas e reconhecidas como legítimas nacional e internacionalmente. O país nunca experienciou um regime democrático por período tão longo.

Apesar desse fato inédito, a existência de eleições no Brasil é algo praticamente constante desde a Independência (Nicolau, 2002), o que faz com que o caso brasileiro seja um paradoxo: períodos quase intermitentes de eleições, mas com problemas diversos como fraudes, cooptação de eleitores e outras práticas ilegítimas que perduram até hoje na forma de práticas clientelistas ou mesmo criminosas, como a compra de votos. Além disso, o país é hoje em dia a terceira maior democracia do mundo, e a maior entre os países com voto compulsório. A obrigatoriedade de votar altera o cenário da participação eleitoral significativamente, já que ela traz consigo um novo motivo para levar as pessoas às urnas, totalmente diferente do interesse cívico em decidir quem governa: a necessidade de estar em dia com a Justiça Eleitoral. Por todas essas razões, o Brasil constitui um caso muito interessante para estudos empíricos sobre eleições e participação política.

Este capítulo está destinado a descrever e analisar a participação eleitoral no período democrático atual: Quem vota no Brasil e por quais motivos? Houve mudanças de 1989 até hoje? Qual o impacto do voto compulsório na participação eleitoral? A pobreza e baixo grau de escolaridade causam desigualdades significativas na hora de votar? E qual o papel dos votos inválidos para nesse cenário eleitoral curioso e único?

2. Modelos teóricos sobre participação e o contexto brasileiro

A participação eleitoral é, sem sombra de dúvida, a forma de participação mais estudada na literatura acadêmica. Os esforços para explicar porque as pessoas vão às urnas se traduzem em centenas de estudos, de análises quantitativas comparadas até experimentos que buscam entender mecanismos causais que operam no nível individual e em contextos bastante localizados.

Uma questão que sempre permeou as discussões especializadas sobre participação política é o problema da ação coletiva e a teoria da escolha racional. Trabalhos seminais de Downs (1957) e Olson (1963) lançaram a ideia de que a participação (assim como qualquer ação coletiva) depende dos incentivos e custos individuais que ela trará. A probabilidade de um eleitor votar, segundo Downs, é uma função da probabilidade de seu voto impactar as eleições. Olson, por sua vez, traz a ideia de que as ações coletivas como a participação possuem a característica

de “bens públicos”, ou seja, uma pessoa que não participa não será privada dos possíveis benefícios que essa participação traz.

Posteriormente, cientistas políticos buscaram explicações para o que alguns consideram como o “paradoxo da participação”, sugerindo fatores como os benefícios não materiais que podem surgir do ato de votar (o próprio Olson prevê a existência desses outros tipos de benefícios). Conforme Leighley (1995) descreve, Downs (1957) já havia proposto benefícios adicionais da participação como a preocupação de longo termo em manter a democracia.

Dessa forma, benefícios não materiais como o status social trazido pela participação, a satisfação ao participar e o senso de dever foram sugeridos e testados por autores diversos (ver Leighley, 1995). Fowler e Kam (2007), por sua vez, concluem que personalidades mais altruístas e identificação social com um grupo aumentam a participação. Outros incentivos adicionais foram propostos, como benefícios específicos para um grupo por ter ajudado a eleger um candidato (Uhlener, 1989).

Geys (2006) faz uma meta-análise que sintetiza, de maneira muito útil, as variáveis explicativas utilizadas para explicar a diferença nas taxas de participação no nível agregado (ou seja, entre diferentes países, cidades e regiões e em anos diferentes). Entre essas variáveis estão fatores demográficos como tamanho e densidade populacional; fatores institucionais como o sistema eleitoral e o voto compulsório; e fatores contextuais como a intensidade da disputa.

A conclusão dessa meta-análise é que os fatores mais significativos para a participação eleitoral são a intensidade da disputa, o tamanho da população e o hábito de votar.¹ Os dois primeiros fatores confirmam a tese de Downs².

O hábito de votar também aparece como estatisticamente significativo em quase todos os estudos que Geys aborda. Essa questão está intimamente associada com a tendência “inercial” do comportamento eleitoral apontada por Franklin (2004, p.57). Os motivos para que um eleitor que votou anteriormente compareça novamente são vários, incluindo o aprendizado que isso traz e a sensação de *eficácia política* ao conseguir eleger seus candidatos. No contexto brasileiro, com as regras específicas de obrigatoriedade do voto que possuímos (em especial, a perda do título eleitoral após três faltas consecutivas), os motivos para isso podem ser diferentes.

Entre as variáveis políticas e institucionais apresentadas por Geys (2009) também aparecem: existência de eleições concomitantes, o sistema eleitoral, a fragmentação política, as

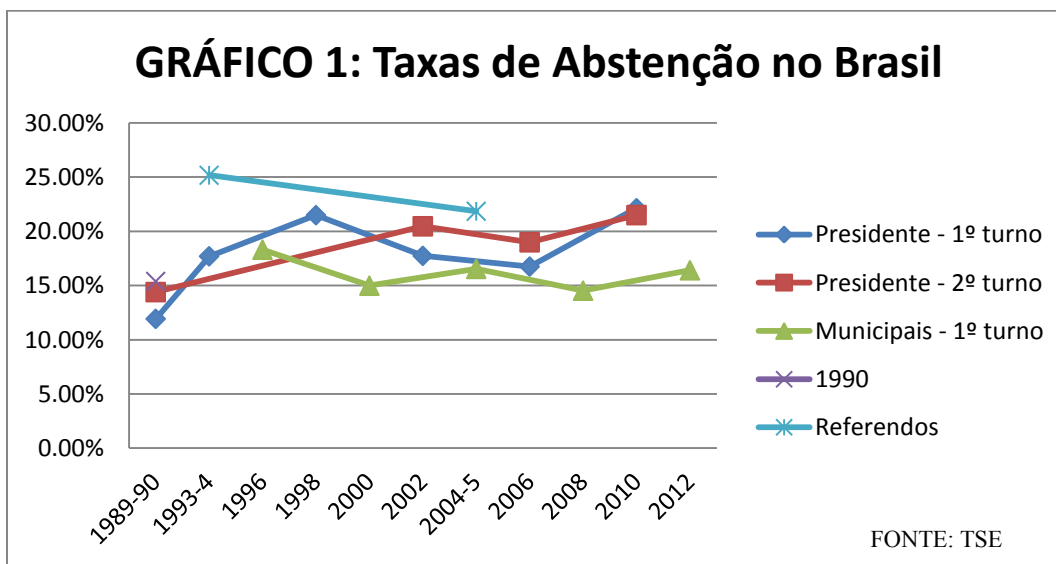
¹ Essas conclusões se baseiam no fato de que a maioria dos estudos abordados por Geys apresentaram relação estatisticamente significativa (positiva ou negativa – dependendo de qual a relação proposta na teoria) entre essas variáveis e a participação eleitoral.

² A proposição de Downs (1957) de que o eleitor terá mais disposição para votar à medida que seu voto tiver maior probabilidade de decidir uma eleição se traduz em duas variáveis independentes: o tamanho do eleitorado e a intensidade da disputa (“closeness of the elections”, ou seja, o quanto se espera que o candidato mais votado fique próximo dos concorrentes - quanto mais próximo, maior a chance de um indivíduo acreditar que o seu voto será decisivo nas eleições).

regras de alistamento e o voto compulsório. Antes de falar sobre esses dois últimos fatores, vejamos como as eleições brasileiras se comportam em relação às teorias apresentadas sobre sistema eleitoral, fragmentação, e sobre a questão da simultaneidade de eleições.

A existência de eleições ao mesmo tempo (“*concurrent elections*”) influencia o comparecimento às urnas por razões óbvias: se o eleitor tiver que sair de casa diversas vezes para votar, o custo dessa atividade aumentará. Se na mesma eleição uma pessoa pode votar em diversos cargos (e ainda para questões colocadas como referendo, como acontece em alguns locais), sua motivação para participar será muito maior. Norris (2002) aborda a mesma questão utilizando um termo diferente (“*frequency of contests*”) e afirma que, quanto maior a frequência de eleições, maior a fadiga do eleitor.

No Brasil, a concomitância de eleições para todos os cargos federais e estaduais ao mesmo tempo é fato desde 1994. Sendo assim, poderíamos esperar uma *maior abstenção* nas eleições de 1989 (apenas para Presidente da República) e de 1990 (eleições estaduais e do legislativo em nível federal). No entanto, como podemos ver no GRÁFICO 1, acontece o contrário: o primeiro turno das eleições de 1989 (assim como as eleições de 1990) percebeu uma taxa de abstenções menor do que nas eleições de 1994 em diante. Isso pode ser explicado pelo fato de que as *eleições inaugurais* costumam ter uma participação eleitoral maior do que as subsequentes (O’DONNELL e SCHMITTER, 1986; FORNOS ET AL., 2004).



As eleições municipais, por sua vez, também seguem essa tendência inversa, tendo, de forma geral, taxas de abstenção *menores* do que as eleições presidenciais. Como podemos explicar que eleições que tratam apenas de *dois cargos locais* (prefeito e vereador) tenham maior participação da população do que nas eleições nacionais, que elegem diversos cargos de abrangência estadual e nacional? É preciso investigar essa questão mais a fundo, mas entre as

variáveis independentes utilizadas na literatura de participação, podemos encontrar uma explicação no *tamanho da população*, seguindo a teoria de Downs: quanto *menor* o colégio eleitoral, *maiores* as chances de um indivíduo fazer a diferença com seu voto. Nas eleições municipais, obviamente, há uma quantidade muito menor de eleitores para cada cidade do que nas eleições presidenciais.

Já as eleições presidenciais de segundo turno³ apresentaram, em todas as eleições desde 1989, uma participação eleitoral *menor* do que no primeiro turno. Como as eleições presidenciais de segundo turno são acompanhadas, no máximo, por eleições para governador em alguns estados, podemos considerar que essa tendência pode ser explicada perfeitamente pela teoria da simultaneidade de eleições. Mas outros fatores podem causar essa diferença também, como uma menor satisfação com as opções apresentadas no segundo turno. Outra possibilidade é que aqueles eleitores que já se abstiveram no primeiro turno perdem o incentivo dado pela compulsoriedade para votar no segundo turno (pois precisarão ir até os tribunais eleitorais para regularizar sua situação de qualquer maneira – e dificilmente precisarão ter o *título eleitoral* em dia no curto período entre os dois turnos).

Pensando nessa questão, é interessante verificar a correlação entre as pessoas que votaram em cada um dos turnos. Nos dados do ESEB 2002, verificamos uma correlação bem alta (0.8617). Na TABELA 1, logo abaixo, podemos verificar a quantidade de pessoas, na mesma pesquisa, que declaram ter votado em cada um dos dois turnos. Parece que há uma tendência maior de eleitores que *não votaram* no primeiro turno de não votar no segundo do que o oposto, mas essa diferença não parece significativa o bastante para corroborar a ideia de que a falta de incentivo legal para votar no segundo turno cause o menor comparecimento nesses pleitos.

TABELA 1: RELAÇÃO ENTRE PARTICIPAÇÃO NO PRIMEIRO E SEGUNDO TURNOS (ESEB 2002)

Primeiro Turno	Segundo Turno		
	VOTOU	NÃO VOTOU	TOTAL
VOTOU	421	48	469
NÃO VOTOU	58	1940	1998
TOTAL	479	1988	2467

No GRÁFICO 1 também podemos observar que o Plebiscito sobre o sistema de governo de 1993 e o Referendo de 2005 tiveram as mais altas taxas de abstenção entre todas as eleições do período democrático, mesmo acontecendo sob a mesma regra de obrigatoriedade que regeu os

³ Não abordamos aqui as eleições de segundo turno para governador e prefeito porque não se pode ter um panorama geral do país nessas eleições, visto que só alguns Estados e municípios têm o segundo pleito. Mas é interessante verificar, em análises agregadas, as diferentes taxas de participação nesses pleitos, e também o efeito da existência de segundo turno presidencial para as taxas de participação no segundo turno para governador (e vice-versa).

outros pleitos. Uma possível explicação é que alguns eleitores não sabiam que o voto era obrigatório nesses casos de consulta direta.

A questão da simultaneidade de eleições também pode ter exercido um papel importante: sair para votar e decidir uma questão específica, como no caso de 2005, pode ser menos estimulante do que decidir quem governará seu país, ou mesmo sua cidade, por 4 anos.

No caso de 1993, no entanto, a decisão sobre o regime político pode até ser considerada como *mais significativa* para a vida dos brasileiros do que uma eleição nacional, já que o regime pode permanecer por muito mais do que 4 anos e terá, certamente, consequências sobre a vida de toda a nação. Mas os eleitores podem não enxergar dessa forma. Eles podem desconhecer completamente as consequências de uma mudança de regime. De fato, o Plebiscito de 1993 foi marcado por falta de informação. Além do mais, como Norris (2002) sustenta, o eleitor fica fatigado se tiver que votar (e vivenciar campanhas políticas) diversas vezes em um mesmo período de tempo. Isso pode ajudar a explicar o caso de 1993, já que houveram eleições em 1989, 1990 e 1992.

Sobre o papel da *fragmentação partidária* na participação, não há consenso na literatura, tanto nas proposições teóricas quanto nos testes empíricos: para alguns a fragmentação aumenta a participação, outros observam uma tendência contrária (Geys, 2006). Segundo Geys, pode haver uma interação dessa variável com o sistema eleitoral (já que, em sistemas majoritários, a fragmentação traz desperdício de votos para partidos menores). O sistema eleitoral, por sua vez, apresenta uma tendência mais clara: a Representação Proporcional traz maior participação (Geys, 2006).

Se analisarmos o GRÁFICO 1 sob a ótica da *fragmentação*, as maiores abstenções no segundo turno favorecem a tese de que a fragmentação *aumenta* a participação (já que no segundo turno podemos considerar que há menos fragmentação). As menores abstenções nas eleições municipais, no entanto, apontariam para a direção contrária: as eleições municipais, de maneira geral, possuem menos candidatos que as eleições federais e estaduais.

Poderíamos também pensar nos possíveis impactos de novas regras trazidas por reformas política sobre a participação eleitoral, como a cláusula de barreira (que diminui a fragmentação) e a verticalização das alianças.

Quanto ao *sistema eleitoral*, as eleições brasileiras não oferecem muita evidência: a concomitância de eleições proporcionais (para deputados federais, estaduais e vereadores) com eleições majoritárias faz com que essa variável não cause impacto na participação eleitoral do país. Poderíamos pensar as eleições de segundo turno, ou as eleições de 1989, como essencialmente majoritárias, em comparação com outras eleições, onde a Representação Proporcional está em jogo. Mas são tantos outros fatores que influenciam a diferença entre essas eleições, como exposto acima, que isso não traria nenhuma evidência clara.

Existem outras variáveis de contexto agregado não contempladas por Geys (2006) que podem ser importantes para entender a participação em contextos como o do Brasil. É o caso de fatores temporais como as *eleições inaugurais*. Já mencionamos acima que a explicação mais plausível para a participação ter sido *maior* em 1989 do que em outras eleições presidenciais é justamente o fato de terem sido as primeiras eleições diretas para Presidente após décadas de regime autoritário. O fato de ter havido uma mobilização popular intensa solicitando eleições diretas provavelmente contribuiu para esse efeito positivo de *eleições inaugurais* sobre a participação.

Outros autores utilizam a idade do regime democrático, enquanto Norris (2002) inclui a história democrática (uma média do índice de democracia de cada país desde 1977 no Freedom House) como variável explicativa. Franklin (2004) mostra que a evolução da participação ao longo do tempo é algo complexo, e características que explicam mudanças de um país para outro (como o dia da semana em que ocorrem as eleições) não trazem as mesmas mudanças nas taxas de participação quando há uma mudança no mesmo país, devido a um comportamento inercial do eleitorado.

Cabe lembrar também de outras variáveis *institucionais* que aparecem em estudos clássicos de participação, como Jackman (1987): a magnitude do distrito e o unicameralismo.

Carrera (2011), por sua vez, nota que a literatura de participação frequentemente se refere ao contexto das eleições legislativas (como a fragmentação partidária pensada em termos de número efetivo de partidos nas eleições *parlamentares*), deixando de lado variáveis como a duração do mandato *presidencial* e os poderes legais do Presidente, ou mesmo o contexto das eleições presidenciais. Segundo ele, esses fatores são importantes em contextos presidencialistas como o brasileiro e de outros países latino-americanos.

Variáveis explicativas de nível individual

Além dos fatores institucionais e políticos de nível agregado, abordados acima, diversos fatores de nível individual foram contemplados na literatura de participação política. Alguns desses fatores são incluídos também em estudos de nível agregado, como as variáveis socioeconômicas utilizadas por Norris (2002) ou mesmo a inclusão do hábito de votar nos estudos examinados por Geys (2006)⁴. Outros autores, como Dalton (2008) comparam as diferenças na influência de variáveis individuais entre países diversos.

Entre os trabalhos de nível individual, um dos mais importantes se encontra em Brady, Verba e Schlozman (1995), que analisam o impacto de características como o nível socioeconômico sobre a participação. Esses autores consideram que a participação é uma função da *capacidade, vontade e oportunidade* de participar. Além de recursos socioeconômicos como

⁴ Em alguns desses casos, há razões teóricas para incluir essas variáveis em nível agregado, já que os mecanismos causais a elas atribuídos podem operar em níveis mais amplos do que o individual. Em outros casos, no entanto, pode haver aí uma falácia ecológica.

educação e renda, os autores incluem como variáveis explicativas o *tempo disponível* e habilidades cívicas (de maneira semelhante, a análise que apresentamos abaixo inclui o *tempo* em horas de trabalho diárias e *conhecimento político*, aferido através de um teste de informações).

A educação é um dos preditores mais potentes da participação política. Norris (2002) e Jackman (2001) também diferenciam o analfabetismo em suas análises, para além de indicadores do nível de educação de maneira mais ampla.

No caso brasileiro, essa especificação sobre o *analfabetismo* parece importante, já que os analfabetos têm voto facultativo (ainda que, como comentado acima, pareça haver uma tendência dessa parte da população de se auto-reportarem como aptos para ler e escrever ao se registrarem no Tribunal Superior Eleitoral). Cabe lembrar também que essa parcela da população não tinha direito de votar desde o final do Império (Nicolau, 2002) e, segundo Franklin (2004), demora um certo tempo até que um grupo social que recebeu o direito de voto passe a exercer esse direito, devido ao efeito inercial de que esse autor trata.

Na pesquisa de 2002 do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), 36.46% dos entrevistados sem instrução não votaram no primeiro turno. Entre aqueles que possuem apenas o primeiro ano do primário, o número cai para 23%. Isso parece ser efeito de Por sua vez, o estudo de Elkins (2000) conclui que os *analfabetos* teriam um alto índice de participação *se o voto não fosse obrigatório* (o que não é muita surpresa, considerando que o voto já é facultativo para eles). Mais surpreendente, talvez, seja o fato de que a educação tem efeito apenas marginal sobre a participação hipotética nesse mesmo estudo (Elkins, 2000).

A renda, apesar de ser uma das variáveis independentes centrais no estudo de Brady, Schlozman e Verba (1995), tem pouca relação com a participação eleitoral, impactando mais atividades relacionadas ao poder aquisitivo (como doações para campanhas).

Os efeitos de raça/etnia e gênero também não são muito claros (Leighley, 1995). Segundo Franklin (2004), isso tem relação com o efeito “inercial” mencionado anteriormente. Portanto, diferenças de participação entre brancos e negros ou homens e mulheres são esperadas em países que realizaram o sufrágio mais recentemente.

Entre as *motivações* de nível individual para participar, entram variáveis relacionadas à cultura política como sensação de eficácia política e interesse por política. A relação entre a eficácia e a participação parece óbvia. Como diz Dalton, qual o sentido de participar de uma atividade se você não acredita que ela fará alguma diferença?

Moisés (1990, 2005) percebe uma tendência de adesão à democracia e de valorização do voto convivendo de forma paradoxal com uma desconfiança permanente nas instituições políticas. Ademais, como discutido por Santos (1987) e retomado por Costa (2007), a eficácia política do voto depende também da crença de que os resultados serão respeitados. No Brasil,

ainda que o temor de que haja um golpe de estado pareça cada vez menor, uma parcela considerável da população desconfia do processo eleitoral no país: 41% dos entrevistados no ESEB 2002 acredita que as eleições brasileiras são fraudulentas.

A relação entre ideologia e participação também é examinada por alguns autores, seja em termos de esquerda e direita (Dalton, 2008) ou em termos do conceito de ideologia *pós-materialista vs materialista* desenvolvido por Ronald Inglehart (Norris, 2002). A confiança interpessoal e confiança política também aparecem em inúmeros estudos, mas há pouco consenso sobre sua relação com a participação.

Além do modelo proposto por Brady, Verba e Schlozman (1995), cabe destacar modelos baseados na *mobilização política*. Ainda que leve em conta os recursos socioeconômicos e as motivações, esse modelo se baseia acima de tudo nas oportunidades de participação estruturadas no ambiente em que cada indivíduo (Leighley, 1995).

Nessa linha de pensamento, *a filiação a partidos políticos e sindicatos* é vista como determinante da participação política. O declínio dos sindicatos e dos partidos de esquerda teria, segundo Gray e Caul (2000), causado um declínio na participação em países desenvolvidos. No entanto, Dalton (2008) não encontra relação entre essas variáveis e a participação eleitoral. Franklin (2004, p.18) considera que o declínio na participação em sindicatos *não* causou diminuição da participação eleitoral, citando para isso até mesmo evidências do estudo de Gray e Caul.

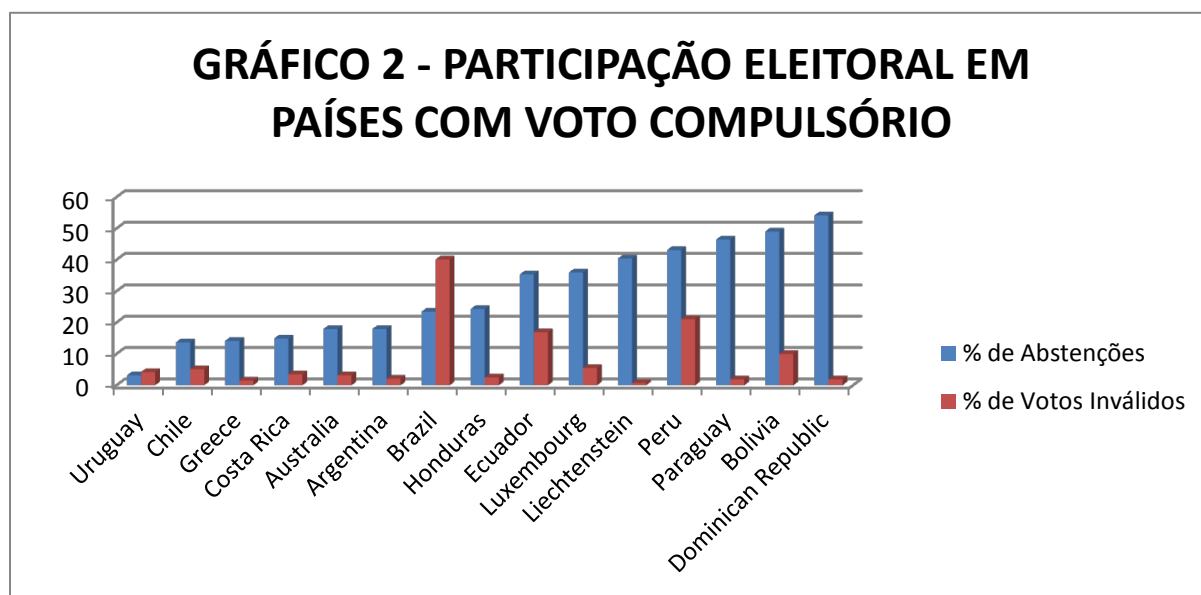
Segundo dados do Trade Union Membership, o Brasil tem uma taxa de sindicalização relativamente alta (99%), em comparação com a média mundial (64.7%) ou da América do Sul (69%), o que se explica pela sindicalização compulsória (e talvez, justamente por ser compulsória, ela tenha pouco efeito sobre a mobilização política).

Os mecanismos causais envolvendo fatores *socioeconômicos e motivações* e a participação são bastante complexos. Leighley (1995) chama atenção para o fato de que a participação e algumas variáveis ideológicas (como a percepção de um indivíduo sobre a política como um todo) possuem uma relação de causalidade mútua. Por sua vez, renda e educação não impactam a participação apenas por aumentarem a capacidade de participar, como sugerido no modelo de Brady, Verba e Schlozman (1995), mas também porque ajudam a determinar a cultura e ambiente político de cada indivíduo. Pessoas de classes sociais mais altas não participam mais apenas porque possuem mais recursos para isso, mas porque as pessoas com quem convivem trazem mais oportunidades de participação, além de uma cultura mais participativa.

Voto compulsório e seus diversos desdobramentos sobre a participação eleitoral

O *voto compulsório* também apresenta relação positiva com a participação na maior parte dos estudos considerados por Geys (a influência dessa variável é até mais fácil de explicar pela Teoria da Escolha Racional do que esses fatores “downsianos” como a proximidade da disputa, por ser evidente o custo individual de não votar quando há uma obrigatoriedade legal).

Mas a compulsoriedade não apenas é uma variável explicativa, como também altera a relação entre outras variáveis explicativas e a participação. Talvez por esse motivo, o caso brasileiro seja uma anomalia em relação a algumas variáveis apresentadas por Geys. A densidade populacional, por exemplo, está *positivamente* correlacionada com a participação eleitoral em grande parte dos estudos de que este autor trata. Mas no Brasil, segundo Costa (2007) a relação é inversa (possíveis explicações para essa anomalia serão abordadas nas próximas seções).



Embora muitas análises de participação eleitoral abordem o *voto compulsório*, especialmente em estudos comparados sobre participação (somente na meta-análise de Geys podemos encontrar 13 trabalhos), Power lamenta a escassez de estudos mais específicos sobre essa questão. Jackman (2001) e Lipjhart (1997) se dedicam a analisar as consequências do voto compulsório. Outros fazem uma análise mais pormenorizada sobre as circunstâncias em que o voto compulsório traz mais participação Blais (2006). Norris (2002) encontra que o voto compulsório tem efeito apenas em democracias mais velhas, onde as instituições são mais fortes. Fornos et al. (2004) analisam o impacto da compulsoriedade de acordo com o grau das sanções para aqueles que não votam. Outros autores propõem designs interessantes para abordar a questão, como Hirczy (2004), que realiza um *quase-experimento* para verificar a diferença entre distritos que utilizam e os que não utilizam a regra da obrigatoriedade dentro de um mesmo país, ou Elkins (2000), que procura entender como os eleitores brasileiros se comportariam na *hipótese* de o voto ser facultativo (de forma semelhante a uma das análises que apresentaremos na próxima seção).

No entanto, pouca atenção foi dada para a ideia de que o voto compulsório muda a relação *de outras variáveis* explicativas com a participação eleitoral. Se o voto é obrigatório, é de se esperar que motivações cívicas para votar percam força, já que muitas pessoas podem comparecer às urnas simplesmente para não haver problemas com a Justiça Eleitoral.

Com efeito, a análise de Power (2009) sobre o Brasil busca preencher essa lacuna. Ele considera que a obrigatoriedade terá mais efeito nas parcelas da população que tiverem maior interesse ou necessidade de manter a regularidade do *título eleitoral*.

Power nota uma tendência curiosa em relação à regra do voto facultativo para analfabetos: por depender de uma auto-declaração do indivíduo, sem uma verificação rigorosa do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), muitas pessoas que se declaram aptos para ler e escrever são, segundo ele, *analfabetos funcionais*. Poderíamos imaginar uma tendência contrária: pessoas que são alfabetizadas tentando se passar por *analfabetos* para que seu voto não seja obrigatório. Mas, como explica o autor, os cidadãos têm receio de somar o estigma do “não eleitor” ao estigma social do analfabetismo.

Pensando nessa questão, podemos imaginar que os efeitos do voto compulsório vão além da mera existência da regra e das sanções a ela atreladas. Podemos supor que a *falta de informação* sobre essa lei e sobre as *consequências* de não votar pode levar pessoas a se preocuparem *abaixo ou acima* do necessário em comparecer às urnas. Na dúvida, alguns eleitores podem preferir simplesmente votar ao invés de justificar ou pagar multas, sem saber ao certo quais justificativas poderão utilizar ou quais as implicações que essa falta (mesmo sendo a primeira e única, o que na verdade, segundo a legislação, não trará problemas sérios ao indivíduo a não ser que ele necessite de comprovação do seu *título eleitoral em dia* em alguma ocasião próxima).

É interessante lembrar também que esse receio em se abster também pode ser *complementado* por razões outras, completamente desligadas dessa questão legal (ou seja, as mesmas razões que levam as pessoas a votarem em países onde o voto é facultativo). Sendo assim, não são dois conjuntos completamente opostos de explicações, de motivos para votar. Eles se complementam, de modo que aquele eleitor que não tem vontade alguma de votar talvez pesquise mais sobre as possíveis consequências, e sobre como justificar sua ausência de maneira correta para não ter problemas. O eleitor mais inclinado para participar dessa decisão que é a base da democracia moderna, por sua vez, não se preocupará tanto em fazer isso e comparecerá, garantindo ao mesmo tempo em que está cumprindo tanto seu dever legal quanto seu dever moral como cidadão.

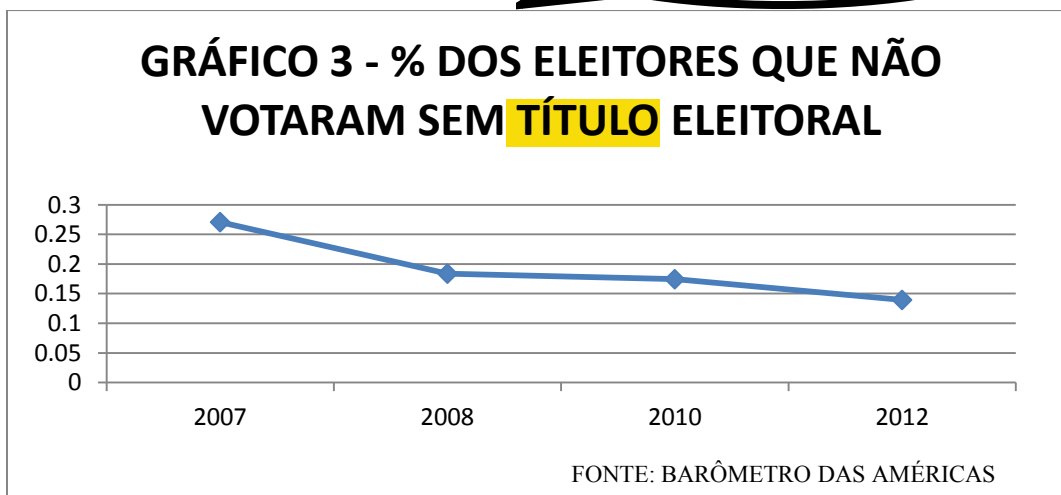
Ainda assim, permanece a questão: como o voto compulsório *interage*, de maneira geral, com as outras variáveis que foram mobilizadas, ao longo do tempo, nos esforços para explicar a participação eleitoral? A interação do nível educacional com *voto obrigatório* aparece em Campante e Chor (2012), mas apenas como uma variável de controle. Já o estudo de Katz (2008)

sobre o Brasil é uma boa iniciativa, em nível mais agregado, para entender os determinantes das abstenções e votos inválidos em contexto de voto compulsório, como pretendemos aqui.

Fatores operacionais, efeitos políticos

Características puramente operacionais das eleições em um país também exercem efeito sobre a participação eleitoral. É o caso do dia da semana em que as eleições são realizadas (Norris, 2002; Franklin, 2004). Essa variável pode estar relacionada a um viés socioeconômico e ao efeito do *tempo disponível* sobre a participação (em países onde as eleições é nos dias de semana, os eleitores de classes mais baixas tendem a participar menos, e o *tempo disponível* se torna uma variável mais importante). A facilidade de alistamento eleitoral, que aumenta a participação de acordo com testes empíricos (Geys, 2006). As regras brasileiras de *alistamento eleitoral* parecem relativamente difíceis, já que não há possibilidade de cadastro no dia das eleições (o eleitor precisa regularizar seu título eleitoral com antecedência para poder votar numa eleição).

Não entendi o gráfico, Brasil?



Mas no contexto brasileiro, as questões operacionais das eleições que parecem ter mais impacto sobre a participação são: *a atualização do cadastro de eleitores e a distância das urnas*. Sobre a primeira questão, nos últimos anos, o TSE tem realizado uma rotina de *recadastramento* de eleitores em algumas cidades, e isso impactou claramente as taxas de abstenção.⁵ O impacto se deve ao fato de que eleitores que já não estão mais vivos ou que moram em outras cidades deixam de ser contabilizados como *abstenções*.

A *distância das urnas*, por sua vez, tem razões óbvias para impactar a participação eleitoral: quanto mais longe e inacessível for o local de votação, maior o custo da participação. Infelizmente, não há dados no Brasil sobre a distância dos eleitores para as urnas. Não obstante, trabalhos anteriores nos EUA (BRADY e MCNULTY, 2011) ou mesmo no Brasil (Costa, 2007), de nível agregado, sustentam que esse fator é importante para explicar a participação⁶.

A introdução das *urnas eletrônicas* também impactou as eleições brasileiras de forma contundente, mas esse impacto foi nos índices de votos inválidos e não nas abstenções (Fleischer, 2002; Nicolau, 2010; Borba, 2008).

TABELA 3 – RAZÕES DAS ABSTENÇÕES (ELEIÇÕES DE 2006)

Por que não votou no primeiro turno nas eleições presidenciais passadas? (Barômetro das Américas, 2007)		
	Freq.	Percent
Não se encontrava em seu domicílio eleitoral	50	28.25
Não tinha a idade necessária	37	20.9
Outra razão	27	15.25
Falta de interesse	17	9.6
Doença	12	6.78
Não acredita no sistema	8	4.52
Falta de carteira de identidade	8	4.52
Tinha que trabalhar/ Falta de tempo	7	3.95
Não gostou de nenhum candidato	5	2.82
Incapacidade física ou falta de capacidade	4	2.26
Chegou tarde para votar e estava fechado	2	1.13
Total	177	100

3. ANÁLISE ESTATÍSTICA SOBRE OS DETERMINANTES DAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

Tendo em vista tudo que foi discutido na seção anterior, procedemos para uma análise estatística dos fatores que determinam a participação eleitoral no Brasil. Os dados utilizados são da pesquisas de opinião do ESEB em 2002, NUPPS-USP (Núcleo de Estudos em Políticas

⁶ O trabalho de BRADY E MCNULTY (2011) versa especificamente sobre essa questão. Costa (2007) faz uma análise de nível agregado, e encontra diferenças importantes nas taxas de participação entre regiões. Uma das causas dessas diferenças parece ser a distância maior até as urnas, assim como a dificuldade de acesso em partes do país como a região Norte. No presente estudo, incluímos uma variável relacionada a essa questão geográfica, mas o indicador que temos é insuficiente para medir a distância de cada eleitor até as urnas.

Públicas da Universidade de São Paulo) em 2006⁷, e do WVS (World Values Survey), também de 2006.

Na TABELA 3, temos *regressões logísticas* sobre a participação eleitoral no ESEB 2002 e, na TABELA 4, com dados do NUPPS e do WVS (sendo a variável dependente nessa tabela o voto no primeiro turno das eleições de 2002).

Como podemos ver, existem mais variáveis estatisticamente significantes para a intenção de participar se o voto fosse facultativo do que para a participação real, no contexto do voto obrigatório: educação, renda e o tamanho da cidade (“Região”) aparecem como significantes apenas nessa regressão (mas o tamanho do coeficiente de *renda* é tão pequeno que parece substantivamente desprezível). É pertinente lembrar que Elkins (2000) achou resultados diferentes sobre a educação em relação à disposição de votar em eleições facultativas.

O *interesse por política*, por sua vez, também é significativa em outras regressões, mas tanto o valor do coeficiente quanto a significância estatística são maiores no caso da intenção de votar no contexto da não-obrigatoriedade (além disso, nas regressões da TABELA 4 o *interesse* não apresenta nenhum efeito). O tamanho da cidade parece um pouco significativa em algumas regressões.

O fato de *tempo disponível* não ser significativa em quase nenhuma das regressões da TABELA 3 não é surpreendente, já que as eleições brasileiras acontecem sempre aos domingos (apenas para a participação nas eleições de 1998 a relação apareceu como significativa).

O hábito de votar, medido pela participação nas eleições anteriores (“votou1998”) foi a variável mais significativa nas regressões do ESEB, tanto estatisticamente quanto em termos substantivos.

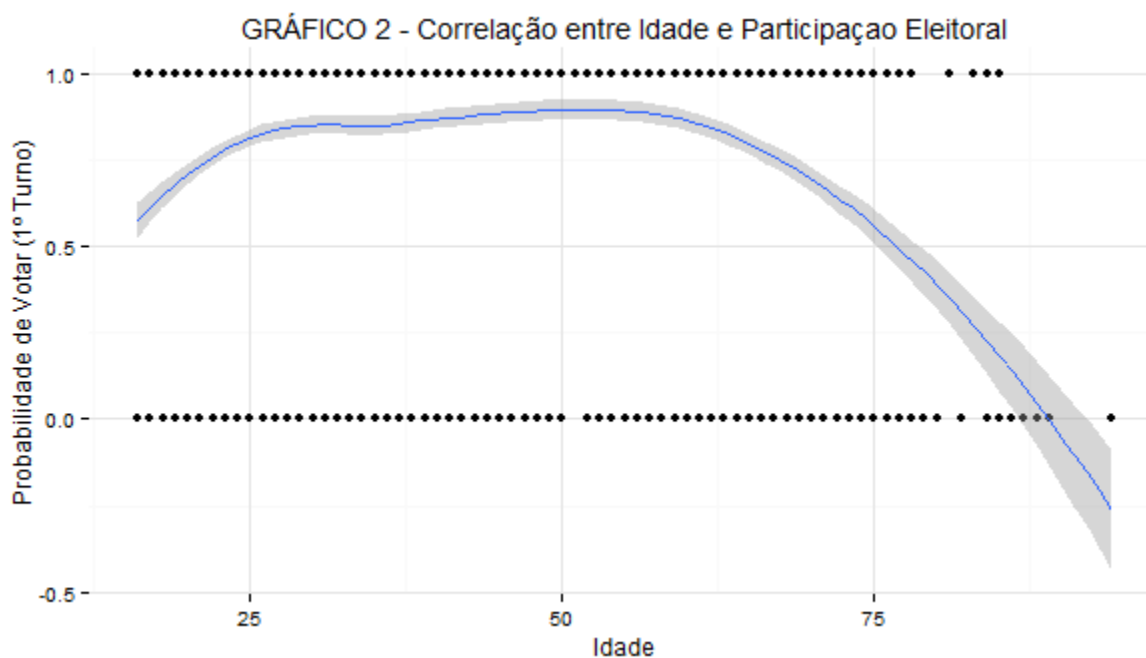
Curiosamente, a participação eleitoral da população que goza do voto facultativo atualmente (duas últimas colunas da TABELA 3) não apresentou nenhum coeficiente estatisticamente significativo. Isso pode ser explicado pelo fato de que o N nessas duas regressões é muito pequeno (o que torna mais difícil que um coeficiente seja estatisticamente significativo). Estudos que examinassem mais detalhadamente a participação dessa parte da população (abaixo de 18 anos e acima de 70) seriam valiosos para entender a participação no Brasil como um todo.

A educação, apesar de não ser significativa na maior parte das regressões aqui apresentadas, tem na verdade uma significância estatística elevada quando analisada separadamente (ou apenas com algumas dessas variáveis). Além disso, apresenta coeficientes consideravelmente grandes. Sendo assim, não se pode dizer que esta variável (a qual, como dito anteriormente, sempre apresentou correlação com participação política na literatura sobre o tema) seja insignificante para explicar a participação eleitoral. O mais provável é que algumas

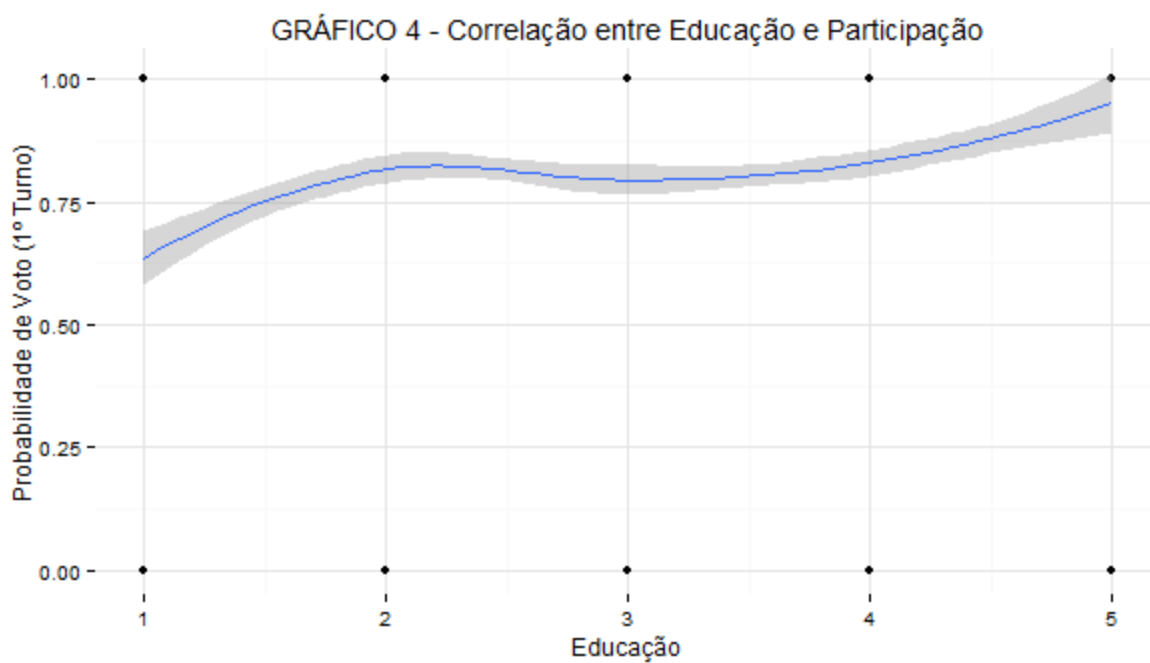
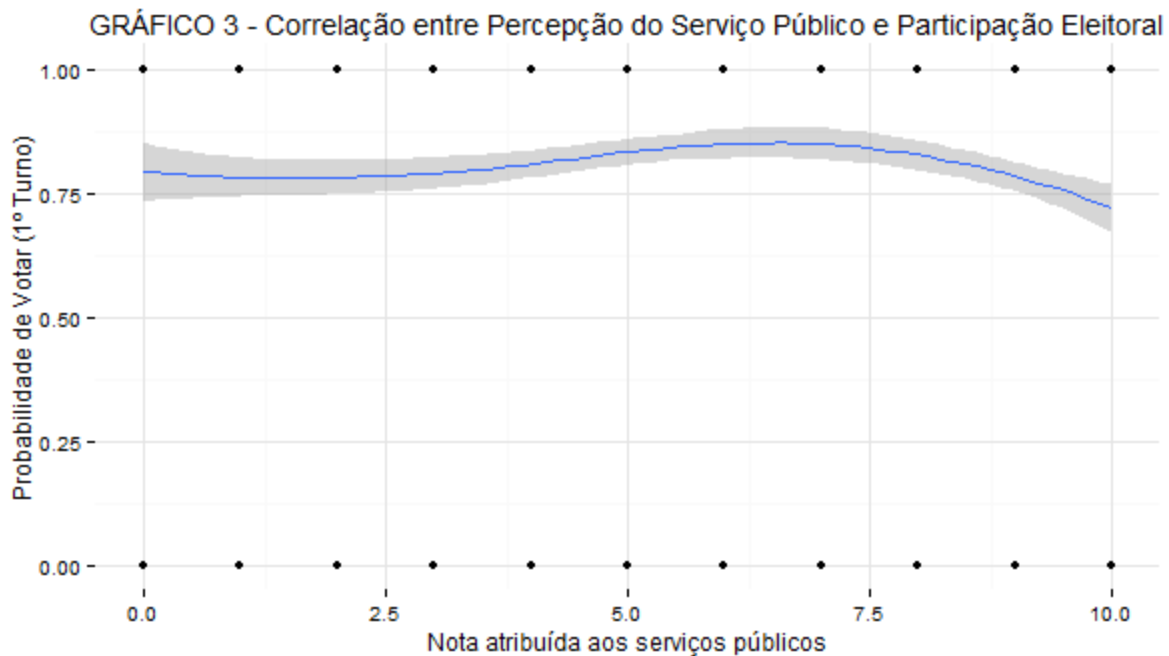
⁷ Ainda que essa pesquisa tenha sido efetuada em 2006, as eleições sobre as quais ela versa são as eleições presidenciais de 2002.

das variáveis utilizadas nas regressões estejam causando ruídos, ofuscando o papel da educação sobre a participação.

No GRÁFICO 2, verificamos a relação entre participação eleitoral e idade (dados do ESEB, 1º turno das eleições de 2002). Para interpretá-lo, é importante ter em mente que esse gráfico é uma estimativa da *probabilidade de votar* e, sendo de tipo *loess* pode trazer um pouco de distorção, ainda que tenha a vantagem de permitir uma curva não-linear. Sendo assim, o aumento que se verifica até 25 anos e a queda que se verifica próximo aos 60 anos de idade podem ser fruto da menor participação abaixo de 18 anos e acima de 70 anos (por ser o voto facultativo nessas idades), que se reflete em idades próximas no gráfico. Tirando essa questão, esse gráfico reflete bem a tendência que podemos verificar em estatísticas descritivas sobre essa amostra do ESEB ou outras amostras (ou mesmo sobre a população real, a partir dos dados do TSE): entre 18 e 19 anos, há um grande aumento da participação devido à obrigatoriedade do voto, depois ele apresenta uma ligeira tendência de aumento até se aproximar dos 70 anos, quando diminui bastante.



A percepção sobre as instituições, confirmando o dissenso na literatura, não apresenta uma relação clara. No GRÁFICO 3, podemos ver a correlação entre Participação e Avaliação dos Serviços Públicos (dados do ESEB 2002).



No GRÁFICO 4, por sua vez, vemos a relação entre educação e participação eleitoral (também relativo ao primeiro turno das eleições de 2002, com dados do ESEB). Ainda que haja

uma certa curva (que pode ser efeito do tipo de gráfico, “loess”) a educação parece ter um efeito positivo sobre a participação.

Gênero também não parece afetar a participação. Como Franklin (2004) sugere, a diferença de participação entre homens e mulheres se deve ao efeito prolongado de um passado onde ainda não havia sufrágio feminino. O Brasil, apesar de toda sua tradição autoritária e de uma defasagem persistente na representatividade política das mulheres, realizou o sufrágio feminino relativamente cedo. Isso poderia explicar a falta de correlação entre sexo e participação.

Considerações Finais

A análise apresentada acima não traz resultados muitos conclusivos sobre a participação eleitoral no Brasil. No entanto, aponta para caminhos de pesquisa que podem esclarecer alguns fatos curiosos sobre o caso brasileiro.

Uma das ideias mais defendidas durante o presente trabalho é que o contexto do voto obrigatório traz uma relação completamente diferente entre a participação e as variáveis independentes que foram usadas ao longo dos anos na literatura especializada, já que a função de utilidade do voto muda bastante em relação a países com voto facultativo.⁸ Sendo assim, tanto o *nível educacional* quanto outras variáveis acima contempladas podem perder seu efeito no contexto da compulsoriedade. E mesmo quando elas *têm* efeito, devemos interpretar isso de maneira diferente da que interpretaríamos no contexto do voto facultativo.

Portanto, é preciso lembrar da complexidade da relação entre essas variáveis e salientar a dificuldade em se estabelecer relações causais precisas sobre esse tema. As críticas de Leighley (1995) a postulações simplistas sobre a relação entre variáveis socioeconômicas e a participação devem ser levadas em conta.

Em suma, devemos ter cautela ao interpretar os resultados, tanto nos casos onde aparece uma relação estatisticamente significativa quanto naqueles em que isso não acontece. O efeito da educação, como já mencionado, pode ter sido ofuscado justamente por fatores que Leighley (1995) considera como interconectados com a complexa relação causal entre fatores socioeconômicos e participação. A educação tem relação com fatores motivacionais como o interesse por política, e pode estar relacionada também com fatores ligados ao *capital social* e à *mobilização política*.

⁸ E aqui estamos pensando também em grande parte dos estudos cross-national, já que a esmagadora maioria dos países abordados nesses estudos têm voto facultativo.

TABELA 3 – DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL (ESEB 2002)

	1º TURNO (OBRIG.)	2º TURNO (OBRIG.)	1998	VOTARIA	1º TURNO (FACULT.)	2º TURNO (FACULT.)
Main						
Rendap	0.0000182 (0.16)	-0.000044 (-0.48)	0.0000181 (0.17)	0.000227** (2.58)	0.000190 (0.59)	0.000127 (0.40)
Education	0.138 (1.36)	0.131 (1.33)	0.0952 (1.03)	0.270*** (3.91)	0.405 (1.38)	0.463 (1.55)
Idade	-0.00612 (-0.83)	-0.00310 (-0.43)	0.0982*** (11.43)	-0.00471 (-0.92)		
Eficacia	-0.0178 (-0.14)	-0.116 (-0.92)	0.244* (2.16)	0.492*** (5.56)	0.659 (1.85)	0.584 (1.64)
Democracia	0.170 (0.88)	0.0982 (0.50)	0.128 (0.76)	0.422** (3.06)	-0.0463 (-0.10)	-0.00584 (-0.01)
Interesse	0.308* (2.15)	0.307* (2.17)	0.263* (2.02)	0.871*** (8.85)	0.633 (1.83)	0.634 (1.84)
Confianca	0.181 (1.36)	0.0282 (0.22)	0.0142 (0.12)	0.0709 (0.78)	0.280 (1.14)	0.285 (1.15)
Avalpublico	0.0505 (1.52)	0.0577 (1.76)	-0.00883 (-0.29)	0.0110 (0.46)	-0.0334 (-0.36)	-0.0817 (-0.89)
Sexomasc	0.0888 (0.49)	0.0990 (0.55)	-0.596*** (-3.64)	-0.0125 (-0.10)	-0.538 (-1.32)	-0.415 (-1.02)
votou1998	1.694*** (8.76)	1.712*** (8.98)		-0.0320 (-0.20)		
Ideologia	0.0392 (1.62)	0.0239 (1.01)	0.0332 (1.56)	0.0277 (1.69)	-0.0635 (-1.08)	-0.0545 (-0.93)
Regiao	-0.116 (-0.67)	-0.165 (-0.97)	-0.265 (-1.75)	-0.300* (-2.48)	0.281 (0.69)	0.451 (1.10)
Tempo	-0.0167 (-0.85)	-0.0192 (-1.00)	0.0639*** (3.46)	-0.00446 (-0.32)	0.0910 (1.40)	0.106 (1.62)
_cons	-0.742 (-1.23)	-0.254 (-0.43)	-3.212*** (-5.53)	-3.676*** (-8.13)	-4.672** (-2.71)	-4.458* (-2.56)
<i>N</i>	1481	1475	1488	1487	136	137

t statistics in parentheses * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

TABELA 4 – DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL (NUPPS 2006, WVS 2006)

	WVS	NUPPS
Rendap	-0.0557 (-1.25)	-0.0384 (-0.32)
Education	0.122* (2.49)	0.103 (1.32)
Idade	0.000183 (0.03)	0.0170 (1.55)
Sexo	-0.0744 (-0.39)	0.384 (1.24)
Area	-0.237*** (-3.52)	-0.0186 (-0.11)
Emprego	0.329 (1.72)	0.859* (2.46)
Interesse	0.149 (1.50)	0.180 (0.96)
Conflegis	0.227 (1.93)	0.122 (0.67)
conf_pessoal	-0.407 (-1.40)	-0.389* (-2.15)
Ideologia	0.0632 (1.60)	
Democracia	0.0153 (0.37)	-0.0727 (-0.45)
Eficacia		0.121 (1.30)
Compreensao		-0.0668 (-0.56)
<i>N</i>	1184	1649

t statistics in parentheses * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAIS, André. What affects voter turnout?. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, v. 9, p. 111-125, 2006.
- BORBA, Julian. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. **Revista Debates**, v. 2, n. 2, p. 134-157, 2008.
- BRADY, Henry; MCNULTY, John. Turning out to vote: The costs of finding and getting to the polling place. **American Political Science Review**, v. 105, n. 1, p. 115-134, 2011.
- CAMPANTE, Filipe R.; CHOR, Davin. Schooling, political participation, and the economy. **Review of Economics and Statistics**, v. 94, n. 4, p. 841-859, 2012.
- CARRERAS, Miguel. Presidential Institutions, Political Context, and Turnout in Latin America (1980-2010).
- COSTA, Homero de Oliveira. **Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais, 1989-2002**. Editora Sulina, 2007.
- DALTON, Russell J. **Citizen politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies**. SAGE, 2008.
- DIAMOND, Larry Jay; MORLINO, Leonardo (Ed.). **Assessing the quality of democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.
- DORLING, Danny. Worldmapper Dataset 357: Trade Union Membership. SASI, University of Sheffield.
- ELKINS, Zachary. Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil. **Opin. Publica**, Campinas , v. 6, n. 1, Apr. 2000.
- ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 2002 (Banco de dados). In: Consórcio de Informações Sociais, 2012. Disponível em: . Acesso em 21/09/2013
- FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). **Opin. Publica**, Campinas , v. 8, n. 1, May 2002 .
- FOWLER, James H.; KAM, Cindy D. Beyond the self: Social identity, altruism, and political participation. **Journal of Politics**, v. 69, n. 3, p. 813-827, 2007.
- FRANCISCO, Michel Neil Trindade. **Democracia e déficit de participação política no Brasil**. 2006.
- FRANKLIN, Mark N. **Voter turnout and the dynamics of electoral competition in established democracies since 1945**. Cambridge University Press, 2004.

GEYS, Benny. Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research. **Electoral Studies**, v. 25, n. 4, p. 637-663, 2006.

GRAY, Mark; CAUL, Miki. Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997 the effects of declining group mobilization. **Comparative political studies**, v. 33, n. 9, p. 1091-1122, 2000.

HILL, Lisa; YOUNG, Sally. Cause and effect? Informal and compulsory voting in Australia. In: **Proceedings of the 2006 Australasian Political Studies Association Conference**. 2006. p. 1-17.

HIRCZY, Wolfgang. The impact of mandatory voting laws on turnout: A quasi-experimental approach. **Electoral Studies**, v. 13, n. 1, p. 64-76, 1994.

JACKMAN, Robert W. Political institutions and voter turnout in the industrial democracies. **The American Political Science Review**, p. 405-423, 1987.

JACKMAN, Simon. Compulsory voting. **International encyclopedia of the social and behavioral sciences**, p. 16314-18, 2001.

KATZ, Gabriel. A statistical model of abstention under compulsory voting. 2011.

KINZO, Maria D'Alva G.. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 19, n. 54, Feb. 2004.

LIJPHART, Arend. Unequal participation: democracy's unresolved dilemma. **American political science review**, p. 1-14, 1997.

LEIGHLEY, Jan E. Attitudes, opportunities and incentives: A field essay on political participation. **Political research quarterly**, v. 48, n. 1, p. 181-209, 1995.

MÉRO, Carlos Henrique Tavares. Considerações acerca do alistamento eleitoral. **Jus Navigandi, Teresina, ano**, v. 9.

MOISÉS, J.A. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova*, São Paulo, n. 22, Dec. 1990.

MOISÉS, J.A. Desafios da maioria das eleições democráticas. *Opinião Pública*, 2010.

NICOLAU, J.M. *História do voto no Brasil*. Jorge Zahar Editor, 2002.

NICOLAU, J. Abstenções, nulos e brancos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 out. 2010.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Ed.). **Transitions from authoritarian rule: Southern Europe**. JHU Press, 1986.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. Voto obrigatório e equidade um estudo de caso. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 13, n. 4, Dec. 1999 .

POWER, Timothy. Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil, 1986-2006. **Journal of Politics in Latin America**, v. 1, n. 1, p. 97-122, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. Veinte años de democracia representativa em Brasil, 1945-1964. **Revista Latinoamericana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, p. 164-84, 1971.